



Capacitamos ou não? – uma visão sobre as modalidades de formação

Paulo Henrique Nico Monteiro*

“Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã”.¹

Alfredo Bosi

Nós, profissionais da Saúde que nos dedicamos à Educação em Saúde, dispomos de uma grande parte do nosso tempo e esforço pessoal na elaboração, planejamento e execução de ações de formação dos trabalhadores do setor. Seja por interesse e compromisso pessoal ou por necessidades e demandas externas, estamos cotidianamente nos propondo a formar alguém.

Para García (1999), *“uma ação de formação corresponde a um conjunto de condutas, de interações entre formadores e formandos, que pode ter múltiplas finalidades explícitas ou não, e em relação às quais existe uma expectativa de mudança”* e que *“o conceito de formação inclui uma dimensão de desenvolvimento humano global e é através da interformação entre sujeitos que se torna possível encontrar contextos de aprendizagem que favoreçam o aperfeiçoamento pessoal e profissional”* (GARCÍA, 1999).

Nessa perspectiva, fica claro que deve existir uma **relação dialógica** entre o formador e o formando. Portanto, deve haver de ambas as partes disposição, interesse e, fundamentalmente, compromisso com o diálogo, ou seja com o *“escutar o outro”*.

Freire diferencia os termos *“falar a”* de *“falar com”*. Tal diferença reside precisamente nessa disposição e compromisso para o diálogo - e afirma que *“o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário ao aluno, em uma fala com ele – o aluno”* (FREIRE, 1996).

Alguns termos que usamos cotidianamente quando nos referimos ao tipo ou modalidade de formação que estamos planejando ou iremos executar, parecem, no meu entender, não denotar essa disposição para o diálogo como uma condição necessária ao processo de formação.

Tomo como exemplo o termo que mais vem sendo usado atualmente para nomear as ações de formação no âmbito da Saúde. As **capacitações** vêm se tornando ultimamente quase um sinônimo de qualquer ação de formação.

Entendo que, ao usarmos o termo capacitação, estamos (conscientemente ou não) partindo do pressuposto de que quem *“vamos formar”* (os formandos) **são incapazes** de fazer algo que nós (formadores) **somos capazes**. Como fica então nossa disposição para o diálogo? Ou melhor, que tipo de diálogo estamos dispostos a estabelecer? No mínimo, este diálogo se estabelece de forma vertical entre o que sabe (ou o que é capaz) e o que não sabe (o incapaz) e necessita,

portanto, ser capacitado.

Entendo que esta questão se torna mais grave quando *“capacitamos”* trabalhadores que já exercem as funções que são objeto de nossas capacitações. Nos propomos a capacitar gestores e trabalhadores que já estão no serviço, exercendo as funções que, partindo dessa premissa, são incapazes de exercer.

Outros termos que comumente usamos no nosso trabalho, tais como **treinamentos, oficinas e reciclagens** — talvez, este último, o mais problemático — não podem ser entendidos como sinônimos. Trazem em si significados diferentes que não podem ser desprezados. São formulados a partir de concepções distintas de educação e de como se dá a aprendizagem, sendo formulados a partir de visões diferenciadas de Homem e de Sociedade.

O uso de tais termos aponta para questões que deveriam ser objeto de todos nós educadores, tais como: Que tipo de aluno desejamos formar? Como entendemos o papel do aluno e do professor no processo de formação? Quais são nossas premissas e pressupostos e como elas aparecem nas nossas ações de formação?

Não é objeto desse texto aprofundar essa crítica, nem tampouco definir uma nomenclatura adequada para nossas ações de formação, mas sim apontar para o fato de que quanto mais clareza os profissionais que se dedicam à tarefa de formar outros profissionais tiverem sobre seus pressupostos, maior será a chance de propiciarmos as condições necessárias para uma formação que vise a uma real transformação, transformação essa essencial e necessária para o aperfeiçoamento e consolidação do Sistema Único de Saúde.

Referências bibliográficas:

- FREIRE, P. – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GARCÍA, C. M. – Formação de Professores Para uma Mudança Educativa. - Porto, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Ciências da Educação Século XXI).

* Educador, Pesquisador Científico do Núcleo de Educação em Saúde do Instituto de Saúde. Email: monteiro@isaude.sp.gov.br

¹ BOSI, A. – **Dialética da Colonização**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.